

**16. INÍCIO DO PROCEDIMENTO DE REVISÃO AO REGULAMENTO DE ORGANIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO DOS SERVIÇOS DA POLICIA MUNICIPAL DE BRAGA E AO ARTIGO 61º DA TABELA DE TAXAS MUNICIPAIS:**

Da **Srª Vereadora da Área da Policia Municipal**, submetendo para aprovação o início do procedimento da Revisão ao Regulamento de Organização e Funcionamento dos Serviços da Policia Municipal de Braga e ao Artigo 61º da Tabela de Taxas Municipais.



**PROCESSO Nº 2019/100.10.400/10**

<p>Despacho da Chefe da DSJC - Divisão dos Serviços Jurídicos e Contencioso</p> <p><i>Concordo. A consideração do Sr. Vereador Dr. Olga Pereira.</i></p> <p><i>20/11/2019</i> <i>[Signature]</i></p>	<p>Despacho do Sr. Diretor da DMGAP – Direção Municipal de Gestão, Administração e Prospetiva</p> <p>__/__/__</p>
--	---

<p>Despacho do Sr. Vereador, com competência delegada por Despacho do Sr. Presidente de 13 de novembro de 2019</p> <p><i>Concordo.</i></p> <p><i>Ao Sr. Presidente, tendo em conta a apreciação do executivo e a Assembleia Municipal</i></p> <p><i>26/11/2019</i> <i>Olga Pereira</i></p>	<p>Despacho do Sr. Presidente da Câmara Municipal</p> <p><i>A ... do Senhor</i> <i>Pres. 19/11/27</i> <i>[Signature]</i></p> <p>__/__/__</p>
--	--

**ALTERAÇÃO AO REGULAMENTO DE ORGANIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO DOS**  
**SERVIÇOS DA POLÍCIA MUNICIPAL DE BRAGA**

**E**

**AO ARTIGO 61º DA TABELA DE TAXAS MUNICIPAIS**

Gestora do procedimento: Elisa Cunha Coelho

**ANÁLISE**

Pela Sra. Vereadora, com o Pelouro da Polícia Municipal, foi proposta a revisão do «**Regulamento de Organização e Funcionamento do Serviço da Polícia Municipal**».

O Regulamento em vigor foi aprovado em sessão da Assembleia Municipal de 17/04/2000 e alterado em sessão da Assembleia Municipal de 21/02/2003.

Ou seja, encontra-se desatualizado face à legislação entretanto aprovada sobre o assunto.

De facto, o Regulamento da PM foi elaborado ao abrigo do Decreto-Lei nº 140/99, de 28, de agosto, que já se encontra revogado pela Lei nº 19/2004, de 20 de maio, ao abrigo do Decreto-Lei nº 39/2000, de 17 de março, diploma revogado pelo Decreto-Lei nº 197/2008 de 7 de outubro, e, ao abrigo do Decreto-Lei nº 40/2000, de 17 de março, diploma que também já se encontra revogado pelo Decreto-Lei nº 239/2009, de 16 de setembro.

Acresce que, atualmente, os modelos e as regras a que devem obedecer os artigos de uniforme, insígnias e equipamentos das Polícias Municipais encontram-se regulados na Portaria nº 304-A/2015, de 22 de setembro, que revogou a Portaria nº 533/2000, de 1 de agosto.

Assim, **é clara a necessidade de o alterar.**

**Quanto às taxas**, considera a Sra. Vereadora necessário ajustar o valor referente aos serviços prestados pela PM, atualizando os mesmos.

Ora, tratando-se de um **regulamento externo**, teremos que ter em conta os procedimentos obrigatórios a seguir, em cumprimento do estabelecido nos artigos 97º a 101º do Código de Procedimento Administrativo, vertidos no procedimento de trabalho que a seguir se identifica:



---

**PROCEDIMENTO DE TRABALHO Regulamentos Administrativos – Com Eficácia Interna Externa**

**PT-01-01-03 de 19/06/2018 – revisto em 03/07/2018**

---

**Verificação do cumprimento e passos a seguir**

«1. A **UO** elabora informação com a intenção de regulamentar/rever regulamento, com a devida fundamentação (**INCLUI**: fundamentação administrativa, análise custo-benefício, oportunidade), e encaminha para o decisor político (Vereador e/ou Presidente), precedida de parecer do respetivo Diretor Municipal, por forma a colher a sua opinião relativamente à pertinência da proposta».

Esta nova regulamentação tem por base o processo que se iniciou com proposta do **Ex.ma Senhora Vereadora, Dra. Olga Pereira – Pelouro da Polícia Municipal**

O processo foi então remetido a esta **Divisão de Serviços Jurídicos e Contencioso (DSJC)**.

«5. A **DSJC** cria um processo tipo 100.10.400 - Produção e comunicação de atos regulamentares locais, na Gestão Documental.»

**Criado o processo nº 2019/100.10.400/10.**

«6. A **DSJC** elabora proposta de início de procedimento (MOD-01.01.13 - Aviso de Abertura do Período de Participação Procedimental). »

**Em anexo (Documento nº 1).**

E, «7. Informa e envia proposta [dela devendo constar: considerações que justificam e fundam o desencadeamento do procedimento, pela indicação sucinta, mas precisa, do objeto do (o que se visa com o) procedimento (ou seja, qual a específica matéria normativa que vai ser regulada de

novo ou alterada) e a proposta de a quem caberá a direção do procedimento (para efeitos de delegação da direção do procedimento)] ao **Presidente da Câmara**, para efeitos de envio ao Executivo Municipal».

### **INFORMAÇÃO/PROPOSTA**

Há efetiva necessidade de proceder à presente revisão regulamentar.

O Município está habilitado a regulamentar, ao abrigo do disposto no artigo 241º da CRP.

O texto do regulamento a propor, está a ser objeto de análise por esta DSJC.

---

### **PROPOSTA**

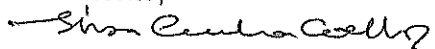
O processo está em condições de ter seguimento para o Ex.mo Sr. Presidente da Câmara.

Depois de **aprovada a presente informação**, deverá o processo ser remetido ao **Gabinete de Apoio aos Órgãos Autárquicos (GAOA)** para os **procedimentos necessários à submissão a reunião do Executivo Municipal** (Ordem de Trabalhos), para:

- **POR PROPOSTA DA SRA. VEREADORA DRA. OLGA PEREIRA**, aprovação do **início do presente procedimento de revisão regulamentar - «Regulamento de Organização e Funcionamento dos Serviços da Polícia Municipal»**, E, de **alteração do artigo 61º da Tabela de Taxas Municipais** que deverá depois ser publicitado na Internet, no sítio institucional da CMB, nos termos do disposto no artigo 98º do CPA.

À consideração superior,

A jurista, gestora do procedimento,  
Elisa Cunha Coelho



---

**AVISO DE ABERTURA DO PERÍODO DE PARTICIPAÇÃO PROCEDIMENTAL  
RELATIVO AO INÍCIO DE PROCEDIMENTO DE elaboração e aprovação da revisão  
ao REGULAMENTO DE ORGANIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO DOS SERVIÇOS DA  
POLÍCIA MUNICIPAL**

Torna-se público nos termos e para os efeitos do disposto no artigo 98º, nº 1 do Decreto-Lei nº 4/2015, de 7 de janeiro, que aprovou o Código do Procedimento Administrativo, o seguinte:

1. A Câmara Municipal de Braga, em reunião ordinária realizada no dia \_\_\_\_/\_\_\_\_/2019, **deliberou** iniciar nessa data um procedimento que tem por objeto a revisão global e aprovação do **Regulamento de Organização e Funcionamento dos Serviços da Polícia Municipal**, ao abrigo do disposto na Constituição da República Portuguesa (artigos 112º e 241º), alínea k) do nº1 do artigo 33º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, bem como a alteração ao **artigo 61º da Tabelas de Taxas Municipais** (serviços prestados pela PM).
2. As referidas revisões regulamentares pretendem adequar o Regulamento existente à legislação atualmente em vigor sobre a Polícia Municipal.
3. Podem constituir-se como interessados no procedimento todos aqueles que, nos termos do nº 1, do artigo 68º do CPA, sejam titulares de direitos, interesses legalmente protegidos, deveres, encargos, ónus ou sujeições no âmbito das decisões que nele forem ou possam ser tomadas, bem como as associações, para defender interesses coletivos ou proceder à defesa coletiva de interesses individuais dos seus associados que caibam no âmbito dos respetivos fins.
4. Os interessados podem ainda, no prazo de **10 dias úteis**, formular contributos ou sugestões sobre quaisquer questões que possam ser consideradas no âmbito do procedimento de elaboração e aprovação do **Regulamento**, sem prejuízo da ulterior audiência dos interessados e consulta pública.

- 
5. A formulação de sugestões ou contributos, bem como a constituição como interessados no procedimento regulamentar, deve ser efetuada por escrito, até ao termo do prazo, em suporte escrito, dirigidos à Câmara Municipal – Balcão Único, ou por via digital para o endereço eletrónico [codigoregulamentar@cm-braga.pt](mailto:codigoregulamentar@cm-braga.pt), conforme MOD-01.01.16 - Minuta Participação Procedimental.

Braga, \_\_\_\_\_ de 2019.

O Presidente da Câmara Municipal,

Ricardo Rio